



EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REFLEXÕES SOBRE AVANÇOS E DESAFIOS

Resumo

O presente trabalho de conclusão de curso tem como tema principal a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular. Conhecer as diretrizes da educação inclusiva é um requisito básico para qualquer profissional da educação, assim sendo, a presente pesquisa de revisão bibliográfica justifica-se pela necessidade de aprofundamento sobre o tema delimitado. Como objetivos foram definidos: conhecer a história da inclusão no Brasil; destacar as leis sobre a educação inclusiva; analisar os avanços na inclusão escolar citados por pesquisadores da área e apontar os desafios ainda presentes nas salas de aula de acordo com o material bibliográfico pesquisado. A pesquisa mostrou que a educação foi por muito tempo negada as pessoas com deficiência. Após séculos de práticas excludentes, hoje a educação inclusiva norteia as diretrizes nacionais. Ao se receber o aluno com deficiência a escola precisa interagir com a família e equipe médica para conhecer o diagnóstico interdisciplinar e traçar um planejamento individualizado. A adequação curricular, de metodologias e avaliações são respaldadas pela legislação vigente e garantem o respeito as especificidades do aluno. Apesar de existirem inúmeros desafios a serem superados (como falta de materiais, infraestrutura precária, salas superlotadas) o professor precisa continuar com o compromisso de sempre buscar o melhor para todos os alunos, lutando para fazer valer os direitos já conquistados.

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Direitos. Desafios.

EDUCACIÓN INCLUSIVA: REFLEXIONES SOBRE AVANCES Y DESAFÍOS

Resumen

El tema principal de este trabajo actual es la inclusión de estudiantes con discapacidades en la educación regular. Conocer las pautas de la educación inclusiva es un requisito básico para cualquier profesional de la educación, por lo tanto, la presente investigación de revisión de literatura se justifica por la necesidad de profundizar el tema delimitado. Se definieron los objetivos: conocer la historia de la inclusión en Brasil; destacar las leyes sobre educación inclusiva; analizar los avances en la inclusión escolar mencionados por los investigadores en el área y señalar los desafíos aún presentes en las aulas de acuerdo con el material bibliográfico investigado. La investigación ha demostrado que la educación ha sido negada durante mucho tiempo a las personas con discapacidad. Después de siglos de prácticas exclusivas, hoy la educación inclusiva guía las pautas nacionales. Al recibir a un estudiante con una discapacidad, la escuela necesita interactuar con la familia y el equipo médico para conocer el diagnóstico interdisciplinario y delinear una planificación individualizada. La adecuación curricular, las metodologías y las evaluaciones están respaldadas por la legislación vigente y garantizan el respeto por las especificidades del alumno. Aunque hay innumerables desafíos que superar (como la falta de materiales, infraestructura deficiente, salas superpobladas), el maestro debe continuar con el compromiso de buscar siempre lo mejor para todos los estudiantes, luchando por hacer valer los derechos ya ganados.

Palabras-clave: Educación. Inclusión. Derechos. Desafíos.



INCLUSIVE EDUCATION: REFLECTIONS ON ADVANCES AND CHALLENGES

Abstract

The main topic of this work is the inclusion of students with disabilities in regular education. Knowing the guidelines of inclusive education is a basic requirement for any professional in education, so the present bibliographic review research is justified by the need to deepen the delimited topic. As objectives were defined: to know the history of inclusion in Brazil; highlight the laws on inclusive education; to analyze the advances in the school inclusion cited by researchers of the area and to point out the challenges still present in the classrooms according to the bibliographical material researched. Research has shown that education has long been denied people with disabilities. After centuries of exclusionary practices, inclusive education today guides national guidelines. When receiving the student with a disability, the school needs to interact with the family and medical team to know the interdisciplinary diagnosis and to draw up an individualized planning. The curricular adequacy, methodologies and evaluations are backed by current legislation and ensure respect for the specifics of the student. Although there are many challenges to be overcome (such as lack of materials, poor infrastructure, overcrowded rooms), the teacher must continue with the commitment to always seek the best for all students, striving to assert the rights already achieved.

Keywords: Education. Inclusion. Rights. Challenges.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva, hoje, é um direito de todas as pessoas com deficiência. A escola precisa acolher, integrar e proporcionar aos alunos avanços em todas as dimensões que englobam o aprender. Nesse contexto, o professor precisa estar preparado, conhecendo os pormenores da educação especial: legislações, necessidades de adaptações pedagógicas/curriculares e as parcerias necessárias entre escola- famílias e profissionais de saúde (FIGUEIREDO, 2010).

Por muito tempo esse público ficou fora do ambiente escolar. As práticas culturais, e consequentemente educacionais, passaram a promover a inclusão há pouco anos. Garcia (2011) sintetiza: o percurso histórico das pessoas com deficiência no Brasil, assim como ocorreu em outras culturas e países, foi marcado por uma fase inicial de eliminação e exclusão, passando-se por um período de integração parcial através do atendimento especializado. Estas fases deixaram marcas e rótulos associados às pessoas com deficiência, muitas vezes tidas como incapazes e/ou doentes crônicas.

Romper com esta visão, que implica numa política meramente assistencialista para as pessoas com deficiência, não é uma tarefa fácil. Mas, com menor ou maior êxito, “isso foi feito com o avanço da legislação nacional sobre este tema, contando agora com a contribuição direta das próprias pessoas com deficiência (GARCIA, 2011, p. 1).”

Uma escola inclusiva não é aquela que abre matrículas para crianças com deficiência. Frequentar o espaço escolar infelizmente não assegura uma inclusão real. É preciso adequações em diferentes aspectos para garantir um atendimento diferenciado, mas não segregado. Batista (2006) mostra a abrangência das mudanças necessárias para se promover efetivamente a educação especial (que respeita e acolhe a todos em suas diferenças):



Propor para a criança um mundo de interação contribuirá para o seu desenvolvimento emocional, social, fundamentando-se na sua formação e em sua realidade. Compreender a sua singularidade, suas necessidades, seus interesses, é mais importante que caracterizar suas dificuldades e limitações. A organização do espaço, a eliminação de barreiras arquitetônicas, mobiliários, a seleção dos materiais, as adaptações dos brinquedos e os jogos são instrumentos fundamentais para a prática educativa inclusiva com qualquer criança pequena. Elas se tornam condições essenciais e prioritárias na educação e no processo de inclusão de crianças com deficiência (p.18).

As legislações vigentes no Brasil asseguram os direitos dos alunos com deficiência, direcionando as intervenções onde sejam respeitados o potencial cognitivo e as necessidades específicas (como maior tempo, auxiliar, material adaptado, etc.). Contudo o professor no cotidiano ainda enfrenta desafios como salas de aulas superlotadas, falta de apoio pedagógico e material. Nesse contexto, o tema delimitado para o presente texto é a educação inclusiva, em especial os avanços e desafios que ainda precisam ser superados. Para organizar a dissertação foram elencadas as seguintes questões:

- Qual o percurso histórico do acesso à educação para pessoas com deficiência?
- Quais avanços conquistados e desafios ainda encontrados na prática em sala de aula?

Como objetivos foram definidos: conhecer a história da inclusão no Brasil; destacar as leis sobre a educação inclusiva; analisar os avanços na inclusão escolar citados por pesquisadores da área e apontar os desafios ainda presentes nas salas de aula de acordo com o material bibliográfico pesquisado.

O artigo foi construído a partir de pesquisa bibliográfica e revisão da literatura. Para elaboração do texto foram selecionados artigos nacionais disponibilizados na internet; legislações pesquisadas no site do Ministério da Educação e livros que discorriam sobre o tema.

Inicia-se o texto com a uma retomada histórica sobre a educação inclusiva, com destaque para as legislações que asseguram o acesso e a permanência dos alunos com deficiência ao ensino regular.

Os autores pesquisados foram Garcia (2011); Silva (1987) e documentos do Governo como Política nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2014), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996).

Em seguida, a reflexão será sobre os avanços e desafios para a inclusão dos alunos com deficiência. Garantir uma educação que proporcione aprendizagens para todos implica mudanças significativas, desde aspectos estruturais e metodológicos, até posturas e novas maneiras de interagir com as diferenças. Foram consultados Ropoli (2010); Moreira (2017); Gomes (2010); Batista (2006); Escolaweb (2016); e Alonso (2013).

A EDUCAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AO LONGO DA HISTÓRIA

A convivência em grupo garantiu ao homem a sobrevivência. Nós remotos tempos pré-históricos, somente os mais fortes conseguiam superar os desafios da vida: caçar, lutar contra predadores, andar em busca de abrigos, entre outros. Assim, as crianças que nasciam



com algum tipo de deficiência não resistiam por muito tempo nessas condições (JANNUZZI, 1985).

Pensando agora nas primeiras sociedades organizadas que deixaram registros históricos, é possível encontrar menções de pessoas com *anomalias* ou *incapacitadas* nas culturas egípcias, grega e romana, por exemplo. No que diz respeito ao tratamento recebido por essas pessoas, Garcia (2011, p. 1) coloca: “as pessoas com deficiência, via de regra, receberam dois tipos de tratamento quando se observa a História Antiga e Medieval: a rejeição e eliminação sumária, de um lado, e a proteção assistencialista e piedosa, de outro.”

Chegando à Idade Média os registros históricos são talvez, um dos mais repulsivos. Aliam-se os problemas sanitários dos crescentes aglomerados urbanos com os posicionamentos da Igreja sobre as práticas de feitiçaria, o que acarreta em situações de abandono para os deficientes.

A partir do século XV Garcia (2011) destaca que começam a ocorrer mudanças nas sociedades de modo geral. O avanço das ciências, das artes e da educação trouxeram esclarecimentos que se refletiram nos posicionamentos do Estado e das pessoas frente à convivência com as diferenças. Obviamente são situações tímidas e pontuais, mas são consideradas o início do tratamento das pessoas com deficiência como seres humanos.

Percebe-se que até o presente não se encontrou registros de medidas educativas. As pessoas com deficiência eram tratadas de maneira assistencialista, pela visão deturpada de que eram incapazes devido às limitações físicas ou cognitivas que lhes cabiam. Somente a partir do século XIX é possível encontrar medidas nesse sentido (FIGUEIREDO, 2010).

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA HISTÓRIA DO BRASIL: LEGISLAÇÕES VIGENTES

Na trajetória específica do Brasil, Silva (1987) coloca como os deficientes eram tratados inicialmente:

Os arquivos da História brasileira registram referências variadas a “aleijados”, “enfeitados”, “mancos”, “cegos” ou “surdos-mudos”. No entanto, assim como ocorria no continente europeu, a quase totalidade dessas informações ou comentários está diluída nas menções relativas à população pobre e miserável. Ou seja, também no Brasil, a pessoa deficiente foi incluída, por vários séculos, dentro da categoria mais ampla dos “miseráveis”, talvez o mais pobre entre os pobres (p. 22).

Os processos de escolarização para pessoas com deficiência datam da época do Brasil Imperial. Em 1854 foi criado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atualmente denominado Instituto Benjamin Constant) e em 1857 o Instituto dos surdos Mudos (hoje Instituto Nacional da Educação dos Surdos). Em 1926 o Instituto Pestalozzi para pessoas com deficiência mental e em 1954 a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE. Contudo, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2014), o Governo coloca como se formatou a educação para pessoas com deficiência inicialmente:

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais.



Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico-terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que, por meio de diagnósticos, definem as práticas escolares para os estudantes com deficiência (BRASIL, 2014, p. 1-2).

Mudanças mais significativas começam somente em 1988, com a Constituição Federal. Em 1990 a Lei nº 8.069 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reforça em seu artigo 55 que os pais têm obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9394/96, bem mais a frente, trouxe reforço aos apontamentos do artigo 206 da Constituição, que estabelece como primeiro princípio da educação a igualdade de acesso e permanência na escola.

Mesmo com as diretrizes presentes na LDB, somente a partir de 2008 tem-se a inclusão regulamentada, acabando com interpretações deturpadas das leis até existentes até então. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva traz especificações para que além de frequentar as mesmas escolas os alunos com deficiência precisam estar nas salas juntamente com os demais alunos. Devem acabar as práticas de segregação ou de alunos que frequentem somente escolas especializadas (FIGUEIREDO, 2010).

Nota-se na breve trajetória acima traçada, que a educação para pessoas com deficiência é uma conquista recente. Os sistemas de ensino, assim como os professores e suas metodologias ainda estão se renovando para atender esse público de maneira que respeite toda sua especificidade.

É necessário agora pontuar quem é o público atendido pela educação especial. Não que existem padrões rígidos, uma vez que os avanços das ciências e tecnologias acabam por mudar conceitos a todo instante. Assim, os documentos do Governo Federal buscam contemplar toda diversidade humana e considera o seguinte:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os estudantes com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo estudantes com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Estudantes com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (BRASIL, 2014, p.11).

Percebe-se claramente que os sistemas de ensino têm autonomia para adequações curriculares, ponto de partida para uma real inclusão. Ao se pensar no currículo a partir do potencial do aluno com deficiência (e não para as limitações frente ao currículo tradicional), todas as questões seguintes poderão adequar-se com mais facilidade. As metodologias, recursos e organização dos sistemas de avaliação deverão ser reorganizados a partir do currículo estabelecido para o aluno em questão.



Para tal, se requer uma nova abordagem pensada em conjunto com toda equipe escolar: professores e gestão. Não pode ser somente tarefa do professor as modificações curriculares e metodológicas, mas de todos que são responsáveis pelo aluno no ambiente escolar.

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A realidade das escolas brasileiras conta com situações delicadas que trazem inúmeros desafios a serem superados. Problemas desde a estrutura inadequada até a falta de materiais adequados são comuns no cotidiano escolar. Moreira (2017) pontua:

As dificuldades encontradas na educação inclusiva são diversas, desde professores despreparados a salas lotadas; escolas com infraestrutura inadequada e não adaptadas as diversas limitações; pais que não se sentem à vontade de seus filhos estudarem em escolas plurais, além de práticas e políticas pedagógicas que não corroboram para um ambiente respeitoso, interativo e inclusivo (MOREIRA, 2017, p. 1).

Mesmo diante desse panorama desanimador, não é possível ignorar os desafios para que os direitos adquiridos pelas pessoas com deficiência sejam superados. Cabe então, ao professor e sistemas de ensino buscarem alternativas para fazer valer cada conquista legalizada.

Assim, o primeiro desafio destacado é o do diagnóstico adequado. Quando professores detectam alguma situação que necessita de maior investigação, os caminhos para esclarecimento normalmente são longos e burocráticos.

Ropoli (2010) mostra que é preciso passar pela resistência familiar, esperar pelas filas do atendimento médico até finalmente receber o retorno com as características da deficiência (ou a não comprovação), processo que demanda tempo e desgaste emocional.

No caso onde o diagnóstico já é recebido pela escola na matrícula a burocracia é reduzida, mas nem sempre existe a ligação entre o atendimento médico e a escola. Estreitar o canal de conversa entre ambos é fundamental para o direcionamento das práticas no universo escolar.

Gomes (2010) coloca que saber sobre medicações, limitações e possíveis intervenções com a validação do médico (neurologista, pediatra, fonoaudiólogo, psicólogo, etc.) é importante para o professor ter segurança em seu planejamento e cuidados com esse aluno.

O próximo desafio a ser vencido é o planejamento individualizado e adaptação do currículo escolar. O currículo adaptado é regulamentado na legislação, e implica conhecer e respeitar as competências do aluno. Como participante do processo de aprendizagem seus conhecimentos prévios precisam ser ponto de partida para os novos conhecimentos. Ou seja, o aluno deve preferencialmente acompanhar o currículo da sala em que se encontra, de uma maneira que consiga interagir com os objetivos (normalmente denota uso de materiais mais concretos e tempo maior de assimilação) (FIGUEIREDO, 2010).

Seguindo na reflexão sobre desafios para a educação inclusiva, pode-se destacar a prática em salas de aula superlotadas. Moreira (2017) coloca que o grande número de alunos sobrecarrega o professor e diminui a qualidade de suas intervenções. O aluno com deficiência intelectual precisa de um tempo maior de assimilação, de materiais concretos e direcionamentos pontuais, o que se torna difícil em salas com 35 alunos.



Existem casos de até mais de um aluno com deficiência em turmas regulares, sendo o professor sozinho responsável pela evolução desses alunos. Infelizmente não existem legislações que regulamentem a diminuição de alunos por turma em casos de existirem alunos da educação especial. Mesmo com algumas propostas já sinalizadas, nenhuma foi efetivamente levada à votação e implantada nos sistemas de ensino nacional.

Um grande auxílio já regulamentado na legislação é o atendimento educacional especializado (AEE). Alonso (2013) coloca o AEE como rede de apoio ao professor, enfatizando que o mesmo não pode ser deixado sozinho com a responsabilidade de promover avanços para o público da educação especial. O autor coloca também a família e profissionais de saúde como parte da equipe de apoio.

Os trâmites legais para a matrícula na sala normal e do atendimento educacional especializado garantem o recebimento de uma dupla verba, pensada na legislação para a manutenção de materiais e infraestrutura.

Pensando agora especificamente nas práticas do professor na sala regular, existem dicas para facilitar encontrar a didática que irá ajudar cada aluno. Conhecer o estilo de aprendizagem do aluno com deficiência facilita sobremaneira a metodologia ideal.

É interessante certificar-se de que tipo de aprendiz é o aluno, se é visual, auditivo ou cinestésico. Alunos visuais precisam de cartões com figuras, imagens, materiais para contar, ou seja, todo tipo de material que possa ser visto o auxiliará na aprendizagem. A grande maioria das pessoas são visuais. O aluno auditivo aprende melhor ouvindo. Para um aluno auditivo, é válido gravar histórias, trechos de livros, etc. O aluno cinestésico precisa tocar nos objetos para aprender. Para o cinestésico, vale o uso de objetos e materiais pedagógicos táteis para facilitar sua aprendizagem (ESCOLAWEB, 2016, p. 1).

Sobre a prática do professor, cabe ainda refletir sobre o desafio de avaliar os alunos com deficiência. Sabe-se que a adaptação curricular e metodologias variadas são regulamentadas pelas leis, mas em algumas situações os professores podem sentir-se sem direcionamento na tomada de decisões. Essas inquietações não devem ser respondidas de maneira impositiva, cabe então, a cada escola, organizar suas práticas pautando-se essencialmente no respeito ao aluno, no acompanhamento e valorização de suas aprendizagens (FIGUEIREDO, 2010).

As avaliações, dependendo de cada aluno e de seu estilo de aprendizagem, devem ser adaptadas. Avaliações orais para alunos auditivos, avaliações com materiais táteis para alunos cinestésicos e avaliações com figuras para alunos visuais devem ser incorporadas. Além de todos estes cuidados, é fundamental que o aluno com deficiência intelectual participe também de atividades que envolva os demais alunos da classe, como trabalhos em duplas e grupos, afinal, incluir é aceitar e permitir ao aluno interagir com os demais. Isso é benéfico para todos os alunos (ESCOLAWEB, 2016, p. 20).

Não é possível concluir o presente texto sem destacar o desafio de todo profissional comprometido com sua área de atuação: a capacitação constante. Essa talvez seja a maior queixa dos professores das salas regulares ao receber alunos com deficiência. Não é possível imaginar uma escola inclusiva com professores despreparados.



Os cursos de graduação contam com poucas horas na grade de ensino para reflexão sobre as práticas inclusivas, e, os sistemas públicos precisam contar com os programas do Governo para qualificar seus professores. Isso pode esbarrar em entraves políticos e orçamentários, e, geralmente, o professor conta somente com seus recursos financeiros para buscar cursos de especialização.

Como Alonso (2013) reforça as próprias escolas podem encontrar alternativas para a troca de informações e experiências entre os professores, comunidade, pais e profissionais da saúde, por exemplo. O mais importante é a sensação de pertencimento, onde o professor sabe que existem pessoas que lhe ouvem e estão dispostas a ajudá-lo.

A capacitação é a porta de entrada para o novo, para as possibilidades de romper com a repetição de velhas metodologias por conta do medo, comodismo ou falta de conhecimento. Um professor não pode se contentar com o que já está dando certo, a inquietude e a busca pelo melhor deve ser o norteador de sua vida profissional. As ciências e tecnologias se renovam com descobertas a cada instante, e a escola precisa abrir-se para o novo não apenas em nome da educação inclusiva, mas sobretudo pela responsabilidade em ser um espaço de produção de saberes, conhecimento, cultura e convivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso histórico do acesso à escola e vida em sociedade para as pessoas com deficiência é marcado por fases distintas: eliminação, integração e inclusão. Nas mais diferentes culturas existiu a fase de eliminação, onde os diferentes eram mortos, abandonados ou marginalizados.

O segundo momento foi assistencialista, onde os deficientes passaram a ser integrados ao universo escolar nas escolas especiais. Essas instituições tiveram sua importância na trajetória da educação inclusiva, mas as diretrizes educacionais atuais buscam a convivência e aprendizagem de todos no ambiente escolar regular, a educação inclusiva.

A Constituição, a LDBEN e demais princípios da Educação Especial estão em vigência há alguns anos, sendo essa uma modalidade que perpassa todos os níveis da escolaridade nacional. Com a evolução das ciências, medicina e da própria pedagogia, os direitos nas legislações vão se reformulando e atualmente existe um vasto material que regulamenta repasse de verbas, aspectos de infraestrutura e curriculares. Os direitos estão cada vez mais garantidos e o poder público é responsável por prover estrutura física, materiais e profissionais de diferentes áreas para atender as pessoas com deficiência em todos os aspectos da dignidade humana.

Pensando, pois, na educação escolar para alunos com deficiência, existem muitos desafios apontados na pesquisa, tais como: número elevado de alunos; escolas com prédio sem estruturas; falta de materiais pedagógicos; pouca capacitação dos professores e responsabilidade não compartilhada pela equipe gestora.

Ao se receber um aluno com deficiência é preciso inicialmente conhecer o diagnóstico da equipe clínica. Em seguida, a equipe gestora e pedagógica (incluindo professor do AEE) deve planejar os objetivos a serem alcançados, respeitando as potencialidades e limitações. Para isso, é preciso conhecer o ritmo de aprendizagem e estilo, lembrando sempre que os materiais concretos e lúdicos são importantes para facilitar a assimilação.

Todo esse processo deve ser registrado e verificado também por meio de avaliações. Os avanços devem ser usados como ponto de partida para os próximos objetivos, colocando o aluno como centro do processo educativo.



Por fim, é preciso a constante capacitação dos professores, seja por meio de troca com pessoas mais experientes na área médica ou familiar, através de cursos, palestras, pesquisas, etc. A postura disponível para conhecer e utilizar-se de novas metodologias é o ponto central do aperfeiçoamento profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Daniela. Os desafios da educação inclusiva: foco nas redes de apoio. Entrevista para a *Revista Nova Escola*. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/554/os-desafios-da-educacao-inclusiva-foco-nas-redes-de-apoio>. Acesso em 12 de janeiro de 2019.

BATISTA, Cristina Abranches Mota. *Educação Inclusiva: atendimento educacional especializado para alunos com deficiência mental*. Brasília, MEC, SEESP, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 12 de janeiro de 2019.

BRASIL. *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Secretaria de Educação Especial e Inclusiva. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em 12 de janeiro de 2019.

ESCOLAWEB. *Deficiência intelectual: ótimas dicas para ensinar estes alunos*. Disponível em: <https://www.escolaweb.com.br/blog/deficiencia-intelectual-otimas-dicas-para/>. Acesso em 12 de janeiro de 2019.

FIGUEIREDO, Rita Vieira. *Novas Luzes sobre a Inclusão Escolar*. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

FIGUEIREDO, Rita Vieira. *Escola, Diferença e Inclusão*. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

GARCIA, Vinícius Gaspar. *As pessoas com deficiência na história do mundo*. Publicado em 02 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/pcd-mundial>. Acesso em 12 de janeiro de 2019.

GOMES, Adriana Leite Lima Verde. *A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual*. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de educação especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

JANNUZZI, Gilberta Sampaio de Martino. *A Luta pela Educação do Deficiente Mental no Brasil*. São Paulo: Autores Associados, 1985.

MOREIRA, Ingridy Nathaly Santos. *Nós, professores e a inclusão: problema ou solução?* Disponível em: <https://institutoitard.com.br/nos-professores-e-a-inclusao-problema-ou-solucao/>. Acesso em 12 de janeiro de 2019.

ROPOLI, Edilene Aparecida. *A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva*. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de educação especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.



SILVA, Otto Marques da. *Epopéia ignorada* – A História da Pessoa Deficiente no Mundo de Ontem e de Hoje. 1987.

Informações do(a)(s) autor(a)(es)

Jarmelinda da Silva de Carvalho – especialista em Educação Especial com ênfase em Deficiência Intelectual pela FAMESC.

Irineu Lopes - Mestre em Educação pela Logos University Internacional ; graduado em Letras pela Universidade Metropolitana de Santos; graduado em Matemática pela Universidade Metropolitana de Santos; graduado em Normal Superior pela Universidade Hermínio Ometto de Araras; graduando-se em Educação Especial pela Universidade Santa Cecília; pós-graduado em Gestão Escolar pela Faculdade Corporativa; pós-graduado em Educação Especial com ênfase em Deficiência Intelectual pela Universidade Cruzeiro do Sul; pós-graduado em Transtorno do Espectro Autista pela Universidade Cruzeiro do Sul.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7192-3046>.